



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 2/2026

Sessão realizada no dia 25 de fevereiro de 2026, na sala de sessão do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Hélder Alexandre Gil Guerreiro (CDU) -----

Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (MAIS) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Paulo César Lála de Freitas (MAIS) -----

Augusto José Matos Figueira Filipe (PPD/PSD) -----

Ricardo Eugénio Pinto Rodrigues (CDU) -----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAIS) -----

Vânea da Cruz dos Anjos (PS)-----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Rui Manuel Gonçalves da Cruz Lima da Silva (Chega) -----

Orlanda de Almeida Ramos (MAIS) -----

António da Silva dos Santos (CDU), substituído por Pedro Bilé da Trindade -----

Ana Rita da Conceição Cruz (PPD/PSD) -----

João Paulo da Silva Santos (PS) -----

Soraia Cristina Pinela Brites Pereira (MAIS) -----

Telma de Jesus Coutinho Dias (CDU)-----

Hélder Martinho Gonçalves de Campos (CDU) -----

João David Plácido Soares (MAIS)-----

Amélia João Chamorro Nunes (PS) -----

André Jorge Neves da Luz (PPD/PSD) -----

Sílvia Isabel Venturinha Jermias (CDU) -----

José Pedro do Nascimento Arsénio Martins (PS) -----

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Álvaro dos Santos Beijinha -----

Vereador: Gonçalo José Teixeira Pimenta Maldonado Naves -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Vereadora: Fernanda Maria da Silva Duarte -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereadora: Ana Isabel Dias Correia -----

Vereador: Miguel Luís da Silva Tabosa Vaz -----

Vereador: Jorge Miguel Baião Mestre -----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines:

Maria Antonieta Roldão Lopes (CDU) -----

Eram vinte e uma horas quando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos** deu início à ordem de trabalhos da Sessão Ordinária de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cumprimentando todos os presentes. -----

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do Regimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, refere que aquilo que ele hoje vem falar é o seguinte. “Vai ser inaugurada mais uma superfície comercial na zona dita comercial. O que acontece, é que eu gostava que o senhor Presidente se deslocasse a pé desde a rotunda de São Pedro até àquelas zonas comerciais para ver qual é o estado daqueles acessos, e também vindo da zona das Percebeiras que fizesse a mesma coisa a pé para perceber a dificuldade que ao concentrar-se toda a zona comercial ali não foram beneficiados os acessos pedonais. Estamos a falar agora numa altura em que não está a chover, mas quando estava a chover a coisa ainda estava muito pior. Portanto, o que eu vinha aqui a alertar era que se tratasse daquela zona pedonal entre a zona comercial, que se criassem passareiras e que foi lá ontem pintado um traço contínuo, que se veja o desrespeito que há sob um traço contínuo que foi lá com certeza mandado executar pela Câmara. Portanto, ou aquilo leva pinos, ou nós vamos ter ali uma pouca-vergonha em termos de trânsito. De qualquer maneira, aquelas rotundas serviriam para acomodar o trânsito em termos de funcionamento. Não está a ser respeitado, mas era importante que aqueles acessos, passeios e iluminação, tudo aquilo fosse beneficiado para que todos nós ganhássemos com a concentração da zona comercial ali”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

pelo munícipe. “Esta questão é de facto uma questão pertinente e que nos preocupa, porque nós próprios fomos confrontados por elementos do Lidl aqui há umas semanas a dizer-nos que iam abrir a loja dia 26 que é amanhã, e que a Câmara teria ficado com a responsabilidade de fazer os passeios e quando é que a Câmara faria os passeios e naturalmente que foi mais uma surpresa que nós tivemos, porque aquilo é um loteamento municipal. Os promotores dos loteamentos por obrigação legal são eles que fazem as obras de urbanização, neste caso a Câmara é quem tem a obrigação de fazer as obras de urbanização, onde se inclui os passeios e tudo aquilo que o senhor acabou de dizer, pelo menos na área de intervenção do loteamento e a Câmara nas condições da hasta pública quando vendeu o lote não impôs nada ao promotor. -----

Aquilo que é normal mesmo quando são terrenos que não são inseridos em loteamentos municipais, normalmente as câmaras municipais aquilo que fazem, porque está previsto na lei como é uma superfície comercial que vai ter previsivelmente muitas pessoas a visitar a loja e a comprar na loja, há algo que está previsto na lei que é a sobrecarga sobre as infraestruturas em que a própria Câmara impõe ao promotor um conjunto de obras de urbanização que serão a cargo dele. Aqui foi o contrário e por isso mesmo aquela repavimentação que houve agora ali em frente à loja deles foram eles que fizeram, mas não tinham obrigação nenhuma de o fazer. Quiseram fazer para dar uma imagem mais simpática à loja e a questão do traço contínuo o que estava previsto, eles iam fazer a pintura descontínua e nós entendemos que até por fruto de muitas solicitações, muita gente a dizer que era necessário ali um traço contínuo independentemente da sugestão que fez com os pinos, poderá eventualmente ser previsto numa fase posterior. Para já e sabemos sempre que há pessoas que não cumprem, mas aí já as autoridades, nomeadamente a GNR já pode autuar e se calhar se tiverem ali uma ação mais robusta durante alguns dias, pode ser uma forma no futuro de as pessoas passarem a cumprir mais. -----

A questão que coloca até à rotunda de São Pedro, a Câmara tem um projeto que vem do mandato anterior, que é uma terceira fase da estrada da Floresta que nós estamos a preparar o lançamento do concurso público e que irá ao encontro de tudo aquilo que está a dizer, ou seja, irá haver toda uma zona de passeios, uma zona pedonal que irá ligar precisamente à rotunda de São Pedro e que supostamente dará resposta àquilo que são as suas preocupações, naturalmente que nós ainda vamos lançar o concurso público, como deve imaginar são sempre coisas que levam muito tempo, estamos a falar de uma obra estimada de dois milhões e muitos euros e por isso levará seguramente algum tempo a ser executada, mas sim, mas vai ao encontro daquilo que são as suas preocupações”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O munícipe **Fernando Silva**, explica ao senhor Presidente da Câmara que mora no bairro Soeiro Pereira Gomes, nem vai falar em buracos que isso é normal, mas no seu bairro há vinte dias que não há luz pública cá fora. “Liguei dez, quinze vezes para a E-Redes, bola, zero. Eu penso que aqui no concelho de Sines e no concelho de Santiago deve haver um piquete para reparar essas avarias. Não consigo, ligo para o Município, alguém me recebeu e disse-me que isso já estava em lista de espera. Vinte dias? -----

Eu agora vim a pé, que eu gosto muito de andar a pé, vim a pé e até tropecei ali no passeio e ia quase caindo, não é? -----

Agora, em relação à iluminação pública e eu estive aqui na segunda Assembleia Municipal e perguntei ao senhor Presidente se o senhor Presidente conhecia à noite o castelo de Sines, e o senhor Presidente disse-me que ia falar com a GNR a nível de policiamento. O senhor Presidente não entendeu aquilo que eu quis questionar o senhor Presidente. Aquilo está lá a instalação feita, metade da parte norte do castelo, aquilo é dez ou doze lâmpadas que estão ali dois projetores, aquilo é quinze dúzias de euros. O gasto daquilo ali é quinze dúzias de euros, senhor Presidente e os eletricitas do Município, se há, eu não sei já se há se não há, era uma coisa fácil de fazer, senhor Presidente. É a segunda vez que eu estou a questionar o senhor Presidente. -----

Em relação ao centro de saúde, eu questionei ao senhor Presidente e o senhor Presidente na segunda-feira mandou fazer. Obrigado, é uma coisa que é ótimo para todos os Municípios. Agora, aqui o castelo, senhor Presidente, aquilo é quinze dúzias de euros, dez lâmpadas e dois projetores na parte norte. Era uma coisa que... eu agora passei aqui por dentro do IOS e vim a pé, e a iluminação pública, eu entendo houve uma intempérie, entendo isso perfeitamente bem, mas acho que as pessoas deviam ter um bocadinho mais de opinião em relação à cidade, senhor Presidente, você está aqui há poucos dias e eu até entendo, você não pode resolver as coisas todas rapidamente, está aqui muito para resolver”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelo munícipe. “Tomámos nota das preocupações”. -----

B - Período Antes da ordem do dia

Neste ponto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se há alguma questão que queiram ver abordada neste ponto. Depois, dá a palavra aos mesmos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), diz que quer colocar três questões. “Em relação à reparação da estrada Sines Porto Covo, que diligências estão a ser feitas para que esta assunção de responsabilidades, seja uma realidade? Que medidas a Câmara considera adotar caso essa assunção de responsabilidades por parte da Águas de Santo André não seja assegurada em tempo útil, isto é, em tempo de garantir a execução de obra antes do período de verão. -----

Segunda questão. O valor da rotunda junto à D. Pedro I aumentou. Pode providenciar explicações mais detalhadas sobre o aumento do valor em questão? -----

E a número três, o anterior executivo teve uma ideia de construir na rotunda Mariana uma escultura encomendada ao artista Bordalo II que era sensivelmente de cento e vinte mil euros mais IVA. Como nunca mais se falou nisso, a questão que queríamos saber era se realmente vai avançar, se vai haver quebra de contrato, o que vai suceder em relação a essa obra que foi encomendada”? --

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), explica que “queria em primeiro lugar falar de uma questão que tinha de vir a esta Assembleia hoje, que é a questão do temporal, porque o nosso país atravessou no último mês uma situação de calamidade em vários Municípios que tirou vidas, que arrasou grande parte de várias cidades, temos aqui no distrito o exemplo de Alcácer do Sal que sofreu muitos danos. Aqui em Sines felizmente não fomos dos Municípios mais afetados. No entanto, houve algumas situações como o senhor Fernando também já referiu, problemas que tivemos em casas aqui dentro de Sines, nos núcleos rurais e eu o que queria perguntar ao executivo era quais é que foram os pontos críticos identificados pelo Município ao nível da prevenção de situações de risco. Algumas eu consegui logo identificar como, por exemplo, os buracos na estrada que com as chuvas ficam cheios de água e à noite são quase invisíveis, portanto houve carros a rebentar pneus podendo gerar acidentes rodoviários e depois também a questão da limpeza das sarjetas antes de chover para evitar depois o entupimento e inundações em pisos subterrâneos, por exemplo. Esse era um dos pontos, era quais eram esses pontos que identificaram, e depois para o futuro o que pode ser feito, quais são os instrumentos que o Município dispõe para juntamente com outras entidades como a Proteção Civil, bombeiros, GNR poder atuar em situações destas, de calamidade, de inundações, cheias, de chuvas torrenciais. Como está a situação do plano municipal de emergência e segundo sei da reunião de Câmara está muito incompleta ou inexistente e se conseguiríamos ter esse plano municipal de emergência atualizado e pronto para operar nestes quatro anos deste mandato. -----

Depois, para além da questão do temporal, outra questão que eu queria trazer também aqui que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

trouxe várias vezes a esta Assembleia, é a questão da estrada do Farol e daquelas barracas que estão ao lado do Cento e vinte e Quatro Fogos. Isto eu já falei disto várias vezes nas assembleias, porque penso que é dos piores problemas que temos em Sines, de longe, são pessoas a viver em barracas sem condições de saneamento básico, algumas de forma ilegal, ocuparam aquelas casas de forma ilegal. Eu, agora com o temporal, ainda não fui lá desde que houve o temporal, mas nem quero imaginar o estado de algumas casas que já entrei lá quando não chovia e agora depois deste último mês, nem quero imaginar como estão. Sinceramente, Presidente eu acho que isto é um problema que tem de ser tratado com urgência, porque durante doze anos em que estive o PS a governar a nossa cidade não foi feito nada, nos quatro anos em que o MAIS falou disto nas assembleias foi sempre dada a mesma resposta, está a ser falado aqui, houve uma reunião acolá, está-se a projetar um plano aqui e ali, mas a verdade é que não foi feito nada e continua tudo na mesma e as pessoas vão fazendo obras e reparações nas casas e continuam naquela situação. Aquelas pessoas têm de sair dali e aquelas barracas têm de ser deitadas abaixo para não serem reocupadas por outras pessoas. Isto para mim é uma prioridade para Sines. Depois, existem várias desculpas que podemos arranjar para não quererem fazer. Uma delas é que eleitoralmente não é assim muito interessante, porque vai haver pessoas que dizem, «ah! mas eu também, então dêem-me uma casa a mim também». Todo o tipo de discursos que também nós todos ouvimos. O que é facto é que para qualquer cidade que se preze e para qualquer sineense que se preze ver aquilo ali é uma mancha negra na nossa cidade, uma autêntica vergonha que não pode acontecer e, portanto, qual é a posição do executivo face a esta situação? O que esperam fazer, quando”? -----

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), afirma que “relativamente à gestão da água, o governo aponta para um modelo em que as Águas de Santo André vão ter um papel fulcral. A questão é que com a instalação dos novos projetos em Sines se vai existir um equilíbrio da parte industrial e a doméstica, ou seja, se vai haver garantias de que não faltará água para a componente doméstica. - Depois, ainda na sequência daquilo que o meu colega disse, houve autarquias que tomaram ações por causa das intempéries em relação aos pescadores. Gostaria de saber se aqui no nosso Município se houve alguma ação concreta nesta matéria? E ainda saber relativamente à situação da associação 4 Patas que continua a agravar-se cada vez mais, o que está preparado neste sentido”. -----

O deputado **André Luz** (PPD/PSD), refere que “os deputados que falaram anteriormente já tocaram ali nalguns pontos que ele tinha ali apontados, mas de alguma forma sublinhar aquilo que também foi dito pelo munícipe, a questão que o temporal que se abateu no país há pouquíssimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

tempo acabou por testar um pouquinho o que era a resiliência do território e contrariamente a zonas mais, como o centro do país que tiveram um teste bem mais rigoroso, aqui em Sines felizmente não tiveram esse teste tão rigoroso. No entanto, deixou algumas mossas, eu sublinharia logo à cabeça o estado das nossas vias de circulação, algumas de âmbito mais nacional, da IP, das Infraestruturas de Portugal que sofreram, entretanto algumas reparações, mas que, a meu ver, e creio que também sob o que tenho visto junto dos meus munícipes, tenho falado é que são insuficientes e são meras reparações, também exemplificar a estrada camarária que liga São Torpes a Porto Covo e aqui eu deixaria uma pergunta ao executivo e não quero estar aqui, até porque li a notícia no Expresso, gostava de saber quando é que está previsto, se é que isto está previsto, quando é que começa esta reparação até porque esta estrada tem aqui uma componente não só turística, tem também aqui uma componente socioeconómica, tem ali alguma gente, que tem ali restaurantes e que neste momento têm os seus restaurantes, a sua atividade, o seu ganha-pão comprometido. Portanto, gostaria de questionar o executivo quando é que está previsto o arranque desta estrada, não estou tão preocupado de quem é que será a responsabilidade da sua reparação, mas sim quando é que ela efetivamente vai ser reposta que parece que vai ter seis meses e depois ainda falando aqui da questão da zona pública do nó rodoviário já foi falado aqui pelo município, amanhã vamos ter mais um espaço comercial ali a ser inaugurado, já lá estão uma série deles, uns maiores, outros mais pequenos, o que acontece é que as estradas que ali existem, os acessos que ali são feitos são meramente para automóveis. Qualquer um de nós que se desloca àquela zona durante o dia percebe que principalmente ali a partir das cinco temos ali uma enchente de veículos e a condução até é demasiado morosa. Era por bem acho eu muito importante criar-se acessos pedonais, talvez até também de bicicleta. Portanto, há aqui um bocadinho o Município mais limpo, mais amigo do ambiente, até porque os acessos que ali existem são, a meu ver, e com as pessoas também que falei, muito insuficientes e em mau estado. A estrada não está totalmente pintada, quando chove cria ali uma enchente naquela rotunda junto ao espaço comercial do Recheio, não tem iluminação à noite, eu creio que careça ali de uma ação urgente neste tipo de reabilitação e para corrigir esses casos. -----

Depois, referir e acompanhar também o que o município disse, há bairros em Sines que após a intempérie ficaram sem luz, a questão do Soeiro Pereira Gomes, mas também logo ali ao lado junto ao CMETRA há ali uma zona, penso que seja a rua de Ferreira que também não tem eletricidade já há um tempo, se calhar deixa-nos aqui um bocadinho preocupados como é que seria a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

resiliência e tanto que se fala agora de Proteção Civil, no caso só se tivesse acontecido algo mais grave em Sines”. -----

O deputado **João Santos** (PS), esclarece que a sua questão é simples. “Tendo em conta os eventos climáticos recentes com impactos preocupantes em várias regiões do nosso país, gostaríamos de saber o que o Município está a pensar fazer quer na matéria de reforço e capacitação do gabinete municipal de Proteção Civil, quer na identificação de riscos e melhoria da resiliência do nosso território” -----

A deputada **Vânea Anjos** (PS), refere que a sua questão vai “ao encontro da juventude, mais direcionada à juventude. Gostaria de vos questionar, porque nesta altura do mandato seria natural que o Conselho Municipal da Juventude já tivesse reunido convosco pelo menos duas vezes como tem acontecido anteriormente com o anterior executivo. É, aliás obrigatório que o CMGJ emita um parecer sobre o orçamento municipal referente à juventude antes da sua aprovação. É algo que aconteceu nos últimos anos como já havia referido, assim como a auscultação deste órgão para a preparação da quinzena da juventude e das restantes atividades que normalmente são desenvolvidas. Perguntamos então por isso, se é um lapso que é normal no início do mandato, ou se é como é prática noutras câmaras CDU. A lei neste caso será ignorada, os jovens de Sines não serão ouvidos e incluídos através deste órgão? Gostaríamos de saber neste caso qual é a vossa posição em relação aos jovens”. -----

A deputada **Amélia Nunes** (PS), diz que como sineense que vive “o Carnaval intensamente há muitos anos, quer assinalar que esta celebração que tiveram dos cem anos do Carnaval de Sines foi realmente um momento histórico para o concelho. Na verdade, para nós o Carnaval não é só uma festa, é muito mais do que isso, é a nossa identidade coletiva, o nosso sentido de pertença e é o momento em que existe maior mobilização a nível comunitário. Portanto, é na realidade o momento em que no ano conseguimos sentir que a cidade se une com maior intensidade. Portanto, eu deixo uma palavra de reconhecimento, os meus parabéns tanto à Associação de Carnaval, como à Câmara Municipal e a todas as entidades que estiveram envolvidas e que apoiaram esta iniciativa, mas eu faço questão de destacar sobretudo os grupos de Carnaval, porque o desfile como sabemos é apenas o culminar de meses de trabalho que é muito invisível. O Carnaval começa muito tempo antes nas mãos das nossas queridas costureiras, muitas já de idade avançada, dos nossos artesãos que constroem os carros alegóricos que com os seus saberes técnicos que são acumulados ao longo de tantos anos de vida nos brindam depois com aqueles momentos incríveis na avenida e aqui é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

onde eu faço a minha reflexão. Nós estamos a garantir de que forma a transmissão desses saberes e desses conhecimentos às novas gerações? Porque celebrar cem anos de Carnaval é motivo de orgulho, mas garantir que os próximos cem anos vão existir com a mesma qualidade e o mesmo envolvimento, implica que tenhamos aqui uma estratégia de preservação deste património vivo, que envolvamos as escolas, os jovens e tenhamos essa política bastante clara. Portanto, o Carnaval de Sines é tradição, mas é acima de tudo a responsabilidade coletiva. Deixo essa questão, sei que existem workshops já no Município onde são facultadas à população a possibilidade de terem alguns conhecimentos em artes e em cultura e a nível da costura e desses saberes da nossa terra se existe também essa possibilidade”. -----

O deputado **Rui Silva** (Chega), explica ao senhor Presidente que traz “quatro pontos, alguns já foram mencionados, mas ele vai fazer um reforço. Nos termos da lei 75 de 2013 e no exercício das minhas funções enquanto deputado municipal do Partido Chega, venho por este meio solicitar a disponibilização de um relatório detalhado relativo a todas as habitações pertencentes ao IRU existentes no nosso concelho de Sines, incluindo as atualmente ocupadas, as encerradas e as devolutas, ou, entretanto algumas devolvidas à Câmara Municipal de Sines. Trata-se de um assunto de manifesto interesse público e de um interesse mútuo entre todas as bancadas políticas aqui presentes, considerando uma grave carência habitacional que se faz sentir em todo o nosso concelho de Sines. Solicitava aqui a presente informação se fosse remetida o mais breve possível, por favor. -----

O ponto número dois. Gostaríamos de saber se já foram efetuados alguns contactos ou algumas diligências junto às entidades responsáveis relativamente ao péssimo estado em que se encontra a estrada nacional 120 de Morgavel. Trata-se de uma situação que preocupa os munícipes pela degradação da via e pelos riscos que representa a segurança de quem nela circula. -----

Ponto número três, senhor Presidente. Gostaria também, um assunto que já foi aqui mencionado, sobre a reparação da estrada de São Torpes Porto Covo e entender da bancada do Chega aqui alguma notícia que tivemos da comunicação social da veracidade de demorar três meses na sua intervenção e isso tem logo carácter definitivo da obra que será construída, ou que será uma intervenção definitiva? Pois pode haver novas intempéries e acontecer tudo novamente da forma que aconteceu desta forma dramática. -----

O ponto número quatro, gostaríamos de saber em que ponto se encontra as recomendações que a bancada municipal do Chega Sines sobre dois assuntos mencionados com a urgência de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

solução para a associação 4 Patas e a recomendação da colocação de lombas, com lombas ou semáforos de controle de velocidade ali na estrada em frente ao restaurante Barranca que falámos nesse assunto na última Assembleia”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, explica que “gostaria também na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Sines, de por um lado agradecer a intervenção da senhora deputada Amélia e também juntar-se a essa saudação que crê que todos se juntarão a essa saudação, ao Carnaval de Sines que é de facto a grande festa do povo de Sines e isso vê-se e vê-se naqueles três dias na rua, mas mais do que isso vê-se nos muitos meses de preparação do Carnaval de Sines e, portanto, também deixar aqui uma saudação muito especial à Associação de Carnaval de Sines naturalmente, mas também aos grupos mais ou menos organizados, mas a todas as pessoas de Sines que vão para a rua naqueles três dias e que dão o melhor de si na avenida para afirmar também esta festa que é nossa, que é de todos e que é também daqueles que nos visitam. Portanto, muito obrigada por ter feito essa observação e junto-me naturalmente à saudação”.-----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Bem, eu antes de responder aqui concretamente, tenho de fazer aqui um ponto prévio de abordagem e não me levarão seguramente a mal, mas dizer o seguinte. Nós, este executivo tomou posse ainda não sequer há quatro meses. Nestes quatro meses nós fomos confrontados com uma realidade que em parte conhecíamos, mas que a outra não conhecíamos, aprofundámos, mas de grosso modo a Câmara tem seis escolas, chove nas seis escolas, temos dois mercados municipais, chove nos dois mercados municipais. Os senhores conhecem melhor Sines do que eu, porque vivem aqui, há imensas ruas que são buracos quase na rua toda, temos jardins que estão em péssimo estado, temos equipamentos desportivos alguns deles também com necessidades de intervenção e temos uma Câmara que tem um modelo de organização que não tem grande capacidade de trabalhar por administração direta, ou seja, a parte operativa da Câmara Municipal não está dotada de recursos humanos, se calhar não tanto de equipamentos, mas fundamentalmente de recursos humanos para responder a um conjunto de necessidades que são aquelas que em parte vocês hoje já aqui colocaram e por isso aquilo que nós estamos a fazer e daqui a pouco vamos discutir esse ponto que tem a ver com a reorganização dos serviços e isso também seguramente que os senhores deputados estão todos atentos, já perceberam que estão em curso abertura de concursos públicos para contratação de mais pessoal, porque consideramos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

isto é absolutamente fundamental para o futuro da resposta da Câmara Municipal. Eu compreendo e vocês fazem parte da oposição, naturalmente que nós apresentámos aqui um programa eleitoral, mas não passaram ainda quatro meses, mas mesmo nestes quatro meses eu acho que já fizemos algumas coisas e dentro destes quatro meses levámos com este temporal que foram praticamente quase metade do tempo e por isso compreendendo a necessidade urgente de resolver um conjunto de problemas, alguns deles são absolutamente impossíveis de resolver, eu nem sequer digo em quatro meses, mas mesmo num ano e dois anos. Dito isto, respondendo aqui às questões e aquela que praticamente acho que todos falaram, a estrada ou a ponte que não é ponte, eu não sou engenheiro civil, chamo-lhe ponte, mas já me corrigiram várias vezes que aquilo não é uma ponte. Eu sei que saiu ontem ou anteontem na comunicação social, porque veio uma jornalista do Expresso falar comigo sobre outras coisas, mas depois acabou por me perguntar sobre aquilo e naturalmente que aquilo que ela diz não foi bem aquilo que eu disse e por isso importa aqui esclarecer, como todos saberão aquele extremo hidráulico de passagem hidráulica tem por baixo uma ribeira onde caso haja necessidades de descarga da barragem de Morgavel é por ali que a água vai e em mais de quarenta anos, ou cerca de quarenta anos que a barragem foi construída pela primeira vez ela descarregou para a ribeira e teve como consequência aquela situação. Eu tenho que dizer isto de uma forma muito direta, eu estou aqui para defender em primeiro lugar o interesse da população do concelho de Sines e da Câmara Municipal, primeiro, e por isso não tenho problema absolutamente nenhum de publicamente dizer que eu acho que há uma causa direta entre a descarga da barragem e aquele problema que as Águas de Santo André são empresa pública, cem por cento pública que gere a barragem. Ainda hoje estive com uma pessoa que foi altamente responsável na região Alentejo, foi diretor regional do Mar, está ligado ao ambiente e que agora até trabalha numa empresa ligada também às questões das barragens e que me dizia, «senhor Presidente, o senhor meteu o dedo na ferida e bem, porque aquilo que ali aconteceu não devia ter acontecido se fossem acauteladas um conjunto de situações». Ontem nós reunimos com a administração, com os três administradores das Águas de Santo André e aquilo que eu lhes transmiti foi, a nossa principal preocupação não é perceber quem é que é o culpado. É avançarmos o mais rapidamente possível para a solução, mas para avançarmos para a solução e alguém já aqui disse, nós temos que ter tecnicamente todos os elementos para que não volte a acontecer, até pode acontecer daqui a quarenta anos, mas ninguém quer que numa primeira descarga que haja outra vez a tal ponte vá outra vez por água abaixo e por isso tecnicamente o que nós estamos a fazer é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

falar com muitas empresas, empresas que têm muita experiência nesta área para nos aconselharem, porque a Câmara Municipal de Sines não tem nenhum técnico especializado na área, nós não temos nenhum técnico que perceba de hidráulico e por isso temos que nos socorrer de quem efetivamente percebe. -----

Daquilo que nós já apurámos, a barragem como eu disse foi construída no tempo do gabinete da área de Sines e a estrada terá sido construída em 1993, segundo o que me foi informado, ou terá sido concluída em 93 e ainda não percebemos bem quem é que fez o projeto, porque está aqui alguém a dizer que sabe, porque o gabinete da área de Sines como todos sabemos extinguiu-se em 89 90 e por isso não sabemos se este projeto se ainda é do tempo do gabinete da área de Sines ou não, mas mesmo que até tenha sido feito pela Câmara, seguramente não é este executivo que é responsável como alguém tentou fazer parecer que nós estamos sempre a desresponsabilizar-nos. Não, seguramente não foi este executivo, nem o anterior, nem mesmo se calhar o anterior que é responsável pela construção e mesmo aquele que porventura construiu também terá tido fé nos engenheiros que fizeram, supostamente não terá sido o Presidente da Câmara nem os vereadores que fizeram o projeto e por isso eu acho que nós temos que ter uma seriedade e se há coisas que nos deve unir, deve ser aquilo, tentarmos procurar soluções e não estarmos aqui a fazer aproveitamentos políticos para tentar agora criticar um executivo que chegou aqui há quatro meses e que disse há um nexos de causalidade entre a descarga da barragem e a ponte ter ido abaixo. Agora, se isso é suficiente para responsabilizar as Águas de Santo André ou não, na minha opinião que sou jurista acho que sim e se as Águas de Santo André não assumirem essa responsabilidade, a Câmara Municipal acionará os meios ao seu alcance do ponto de vista legal para responsabilizar. Depois, os tribunais hão-de decidir, mas independentemente de tudo isso nós vamos e queremos resolver o problema o mais rapidamente possível. -----

A questão dos três meses tem a ver com aquilo que nós ouvimos de algumas empresas. As empresas o que nos dizem é que se houver uma solução e todas elas nos dizem conceção/construção, que são uns blocos de betão pré feitos que eu agora não me lembro, ainda há um bocado me disseram o nome técnico que eu agora não sei, mas que têm aí medidas que estão parametrizadas, nós vamos ter um problema também com o ICNF, porque aqueles blocos não vão, ou fica mais estreito, ou fica mais largo, estreito não pode senão os carros têm que ser alternados, aquilo já era tão estreito tem que ser mais largo, vamos também ter que falar com os senhores do ICNF, que eu espero mesmo amanhã falar com o diretor regional aqui da nossa região que está no Algarve e que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

autarca e espero que ele tenha essa sensibilidade prática das coisas e por isso nós queremos criar a solução o mais rapidamente possível, e aquilo que nos transmitiram é que três meses aparentemente será uma empresa robusta, é tempo suficiente para executar a obra, foi isso que eu disse para além da parte burocrática que é lançar um procedimento de consulta que pensamos nós, já vimos também isso do ponto de vista jurídico, há razões para nós avançarmos por um ajuste direto com consulta a três empresas e fazer um ajuste direto. Agora, nós mesmo para fazer o caderno de encargos de conceção de construção nós vamos ter que ter e as Águas de Santo André ontem manifestaram essa disponibilidade para nos ajudar, porque eles estão no grupo Águas de Portugal, têm técnicos, não é, o negócio deles é a água e por isso terão muitos técnicos que entenderão de hidráulica que não é o caso aqui da Câmara Municipal de Sines e por isso nós tentaremos que seja uma realidade, mas ninguém pode garantir que antes do verão a ponte esteja reposta. -----

O que nós fizemos também foi um contacto, eu próprio fiz um contacto com o comandante do Regimento do exército aqui da zona que está em Vendas Novas, mas que Sines ainda pertence, para colocar uma ponte militar. Eles foram fantásticos, falámos num dia, eles no outro dia vieram, fez agora sexta-feira quinze dias, vieram ao final já do dia, já de noite quase, tiveram lá dois técnicos a fazer medições, a fazer, andaram, estiveram lá para aí uma hora e meia e no dia a seguir o senhor coronel ligou-me a dizer que tecnicamente não era possível colocar lá a ponte, porque havia trepidação dos dois lados e a estrada tem trânsito com algum significado e os terrenos são arenosos e como tal havia receio que ao colocar lá a ponte, pudesse também ela própria vir a ter problemas e haver ali um acidente. -----

Por isso, quanto a este tema, posso-vos garantir que nós estamos permanentemente no terreno a encontrar soluções, repito, contactando diversas empresas grandes, TECNOVIA, a CONDURIL, a JJR, tudo empresas com uma grande capacidade de trabalho, com grande experiência nestas áreas que nós porventura nos próximos dias, espero eu, no máximo duas ou três semanas consigamos ter um caderno de encargos para poder lançar o concurso de consulta para ver se alguém nos faz obra. -----

A estimativa de custos que também aí o Expresso falou, porque eu também disse, nós tivemos uma empresa que nos falou em setecentos ou oitocentos mil euros e falou-nos já de duas que dificilmente aquilo custará menos de um milhão de euros. Não sei, eu como digo não sou engenheiro civil, não faço a mínima ideia, aquilo que eu transmiti, nós vamos fazer uma consulta,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

quem der o preço mais baixo, obviamente que ganha a empreitada. Não vamos consultar só um, vamos consultar pelo menos três e por isso se custar duzentos ou trezentos mil, ótimo e que seja uma solução que não vá depois a seguir abaixo e por isso quanto a esta temática, aliás, esta matéria era isso que vos queria transmitir. -----

Eu agora vou tentar seguir aqui a ordem das perguntas. A rotunda de São Pedro e os trabalhos a mais, naturalmente que são trabalhos a mais, aliás, é um contrato adicional que tem a ver com erros de projetos que são necessários para acabar a obra, porque se assim não fosse o empreiteiro não assumia a responsabilidade e a obra ficaria parada, como, aliás esteve parada como todos se recordam ainda antes das eleições e teve precisamente a ver com esta questão que teve que se apurar o que é que se passava tecnicamente, fazer alterações que permitissem avançar para resolver os problemas que foram detetados em obra, que é uma coisa que eu não digo que é normal, mas que acontece algumas vezes na obra, mas efetivamente é um valor de mais oitenta mil euros que a Câmara Municipal de Sines vai ter que suportar, mas como eu ainda há dias disse a um jornalista, é uma inevitabilidade, a não ser que queiram que a obra permaneça como está. A opção não foi seguramente deste executivo, a obra já estava em curso, garantidamente que nós nunca faríamos aquela rotunda da forma como está a ser feita, mesmo que nadássemos em dinheiro e por isso agora temos concluído e nesse sentido é este contrato adicional. -----

Quanto à questão do polvo, portanto a informação que eu tenho, o polvo já cá está. A Câmara comprou a obra ao Bordalo II, o polvo já está em Sines, acho que até já está cá há algum tempo, está num armazém da Câmara Municipal, mas para nós não é prioridade. Ele já cá está, um dia será colocado numa qualquer rotunda, mas na nossa perspetiva está longe de ser a prioridade, com tantos problemas que temos não vamos seguramente agora alocar mais recursos que já são escassos para colocar o dito povo. -----

Quanto à questão do Gil Gonçalves, o temporal, pontos críticos, os pontos críticos felizmente tirando esta questão da ponte que não é ponte, nós felizmente não tivemos, se compararmos aí com os nossos vizinhos em particular Alcácer do Sal e mesmo Grândola, Santiago e até Odemira não tivemos assim problemas de maior, alguns problemas em escolas que já lá chovia e que o problema agravou e por isso obviamente que os buracos que já existiram agravaram, onde não havia buracos se calhar agora passou a haver, é normal que estas intempéries e a chuva em particular, eu costumo dizer que a chuva é o pior inimigo do autarca, porque cria sempre buracos com fartura. Aquilo que nós estamos a fazer, repito, a Câmara Municipal de Sines não tem nenhuma pavimentadora, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

tem recursos próprios para fazer esse trabalho, andamos a tapar buracos com umas boxes, agora já estamos a tentar criar uma alternativa, porque a Câmara não tem pavimentadora, não tem uma equipa de pavimentação e por isso vamos tentando minimizando os problemas, sendo certo que em orçamento como os senhores deputados aprovaram, quer dizer, alguns votaram a favor, outros abstiveram-se, acho que ninguém votou contra, e agora com a incorporação do saldo está previsto um valor total que nós queremos lançar uma empreitada na ordem dos setecentos mil euros, salvo erro para então fazer uma repavimentação em várias artérias do concelho que não vai resolver os problemas todos, mas vai pelo menos resolver uma parte desses mesmos problemas, mas isso nós vamos ter que ainda lançar concurso, estamos a falar de concurso público ainda com um valor significado entre lançar concurso, se tudo correr bem ir para a empreitada, gostaríamos que ainda fosse em setembro, outubro, apanhar ainda antes do inverno, mas cá está isto são variáveis que nós não conseguimos controlar todas. -----

Quanto ao plano municipal de emergência, também para nossa surpresa a Câmara Municipal de Sines tem um plano municipal de emergência dos anos oitenta, na altura nem havia telemóvel, nem internet, por isso é que a questão de acionar meios, hoje em dia é completamente diferente e aquilo que nós, nós fizemos uma reunião da comissão restrita de Proteção Civil quando foi da intempérie, há um trabalho que foi desenvolvido, uma empresa que foi contratada pela Câmara que foi contratada precisamente para desenvolver esse plano, a elaboração desse novo plano, os trabalhos não foram concluídos e as orientações que demos já ao responsável da Proteção Civil é que o mais breve possível retomar os contactos com a empresa para que ela desenvolva o processo o mais rapidamente possível, porque efetivamente não quer dizer que o plano atual mesmo sendo dos anos oitenta não dê resposta e que tenha ali naturalmente situações que nós podemos aproveitar. Agora, está completamente desadequado, tem quarenta anos ou coisa parecida e por isso é esse trabalho que estamos a desenvolver. Já agora, passo um pouco à frente, mas como tem a ver com questões de Proteção Civil, o João Santos colocou o que é que se está a pensar no reforço. Eu já disse isto aqui numa reunião de Câmara, temos também de desmitificar esta ideia. O gabinete de Proteção Civil da Câmara Municipal não é o gabinete que vai resolver os problemas. O gabinete é um veículo de acionar meios e se a Câmara não tiver esses meios, porque é de facto uma entidade que tem um papel fundamental, eu quando falo nos meios, falo nos meios operativos, ter máquinas para poder resolver problemas, retroescavadoras, niveladoras, pavimentadoras, e quando não tem, eu posso ter um gabinete de Proteção Civil com trinta pessoas, estão lá todas num gabinete não me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

resolvem problema quase nenhum a não ser contactar, e uma pessoa ou duas para contactar na minha opinião é suficiente e nesse sentido o problema não reside aí, o problema reside uma vez mais como já referi na inoperância que a Câmara tem em termos de recursos para responder às necessidades, e nós o que estamos a reforçar é os meios de resposta a nível operativo. Não é nossa prioridade de todo meter mais pessoas no gabinete de Proteção Civil, porque metermos lá mais uma, duas pessoas não vai resolver problema nenhum, absolutamente nenhum e podem acreditar naquilo que eu vos estou a dizer, porque não vai resolver problema absolutamente nenhum, às vezes até muita gente a querer com toda a vontade a ajudar às vezes até cria entupimento. -----

Quanto à questão das barracas lá do farol, claro que é um problema naturalmente muito complexo como todos sabemos não só aqui em Sines, mas nos concelhos das partes do país onde existem barracas, mas dizer que nós já estamos a atuar, já tirámos uma, estava aqui alguém a dizer que nada foi feito em doze anos, nós já tirámos uma, já retirámos uma barraca e estamos na iminência de poder retirar mais duas. Não vamos resolver o problema todo como é natural, porque elas são mais, mas estamos a trabalhar para resolver o problema e estamos perfeitamente sensibilizados para a gravidade da situação. O problema é que a Câmara Municipal de Sines tem um parque habitacional próprio grande, se calhar nas câmaras aqui à volta de longe o que tem mais o que é bom. O que não é bom é que todo ele está a precisar de obras, todo. Nós temos casas que estão devolutas, isto é paradoxal, temos pessoas que precisam muito de casa em situações sociais gravíssimas, nomeadamente estas que vivem nestas barracas, mas depois não podemos pôr as pessoas nessas mesmas casas, porque elas não estão em condições de ser habitadas, porque durante muitos e muitos anos não foram feitas quaisquer intervenções dessas mesmas edificações, e nesse sentido temos primeiro que fazer lá as obras, dotar as habitações de condições mínimas de dignidade, porque senão saem de uma barraca, vão-se pôr numa casa, mas em termos de dignidade a qualidade de vida nada melhora, ou se melhora é muito pouco, e nesse sentido vamos ter que, e não vamos conseguir resolver o problema de um dia para o outro, até porque a Câmara não tem nenhum contrato, nenhum acordo, nenhum contrato com o IRU, no sentido de ter uma linha de financiamento para reabilitação de edificado e por isso para já com as linhas que nós conhecemos hoje terá que ser à conta cem por cento do erário municipal, o que face a esta situação toda de dificuldades em todas as áreas, ou em quase todas as áreas torna-se uma equação bastante difícil.

Quanto à questão da associação 4 Patas, que também penso que houve aqui duas pessoas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

falaram, é assim, nós estamos também perfeitamente consciencializados para o problema. Ainda há dias, a semana passada estive reunido com a senhora Presidente da Junta de Freguesia e, aliás com os elementos todos da Junta de Freguesia onde abordámos esse tema e estamos a procurar soluções, inclusive já há uma solução, quer dizer, há uma possibilidade de uma solução que eu não vou aqui partilhar porque senão depois se calhar matamos a solução logo à partida, vamos primeiro ver se efetivamente pode ser uma solução, aparentemente estamos de acordo que pode ser uma solução, pode não ser a melhor das soluções, mas será se calhar uma solução melhor do que aquela que hoje a associação tem e por isso é uma temática que nós e a Junta de Freguesia também está muito empenhada na resolução do problema, até porque o espaço que depois está ocupado é ali ao lado do ATL e é um espaço que é da Junta e nesse sentido estamos a procurar soluções e queremos resolver o mais rapidamente possível e espero que nas próximas semanas nós consigamos ter isto pelo menos definido se é solução ou se não é solução. Se for solução, então vamos partir para uma intervenção nesse espaço que achamos que pode ser uma solução e que à partida eu ainda não fui lá ver o espaço, não sei se, entretanto, a Presidente da Junta já lá foi ou não. Isto a conversa foi há dois ou três dias, já foi esta semana, mas pronto estamos a trabalhar nessa mesma solução. -----

Quanto à questão das Águas, confesso que não percebi bem a pergunta. As Águas de Santo André são uma empresa do grupo Águas de Portugal completamente autónoma que a Câmara Municipal não tem qualquer ingerência, tal como eles também não podem fazer ingerência a nós. O Município de Sines tem uma autonomia no abastecimento de água, das Águas de Santo André que fornecem água à zona industrial de Sines e também à cidade de Vila Nova de Santo André no concelho de Santiago e naturalmente que pontualmente quando há situações de necessidade a Câmara compra-lhes água e paga-lhes e por isso não há aqui situação nenhuma do ponto de vista de problema com as Águas de Santo André, daí eu não ter percebido bem a questão. -----

Quanto à questão dos pescadores, também não, pelo menos a nós não nos chegou qualquer situação, houve mau tempo, eles não pescaram durante aqui uma série de dias, mas também não houve nada que nos tivesse chegado, qualquer pedido ou qualquer situação, pelo menos eu não tenho conhecimento. -----

A questão aqui do Conselho Municipal de Juventude eu também tenho alguma dificuldade em perceber a pergunta, se calhar não tenho, mas uma vez mais, quer dizer, com todo o respeito pelo Conselho Municipal da Juventude, as nossas preocupações são muitas outras. Eu vou apurar qual foi a última vez que o Conselho Municipal da Juventude reuniu no mandato anterior, não sei qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

foi a última vez, mas vou apurar, nós estamos aqui há menos de quatro meses, eu vou apurar qual foi a última vez, mas para nós a juventude é absolutamente determinante e não precisamos de um Conselho Municipal da Juventude para ouvir os jovens, porque nós ouvimo-los permanentemente, estamos na rua, é que nós saímos dos gabinetes, vamos à rua, falamos com os jovens, ainda no Carnaval fiz-me de falar com os jovens. Ouvi, ouvi a opinião deles, o que é que eles achavam para o 25 de Abril, para uma série de atividades. Por isso, o Conselho Municipal da Juventude tem a sua importância, mas para já neste quadro de dificuldades grandes não tem sido a nossa prioridade, oportunamente seguramente que faremos essa convocatória. -----

Do Carnaval também junto as minhas palavras à senhora deputada Amélia e à senhora Presidente da Assembleia. Quanto à questão do deputado Rui Silva, eu não sei, a Câmara até pode ter informação, mas duvido que tenha a informação, o património do IRU é o IRU que tem essa monitorização, não sei se a Câmara alguma vez já o pediu, mas já agora dizer-vos, a propósito também alguém que falou da questão ali do bairro Primeiro de Maio que há ali um conjunto de moradores que não têm luz, nós andamos a tentar falar com eles insistentemente. Nós não conseguimos, é uma porta fechada, é difícil dialogar com aquelas pessoas, nós fizemos por escrito, expusemos esse problema da falta de luz por escrito, tentámos contactos vários lá com o gabinete da administração e digamos que é uma parede, mas vamos ver se temos esses elementos que eu acho que não temos e podemos pedi-los como solicitou. -----

A questão da estrada já respondi, as 4 Patas também e as lombas ainda não conseguimos chegar lá”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), refere que “só queria reforçar que lhes chamaram a atenção, não sabe se a Câmara pode, é uma propriedade privada, mas parece que há problemas graves no edifício da Ancorope. Não sei o que é que a Câmara poderá fazer, se poderá ter alguma intervenção de fiscalização, qualquer coisa no género, para de hoje para amanhã não virmos a ter um problema grave que envolva Sines porque aquilo é um porta-aviões com centenas de pessoas lá dentro, acho que os elevadores não funcionam, acho que são N problemas. -----

Depois registei o que o senhor Presidente disse e concordo plenamente quatro meses é pouco tempo, mas o tempo é uma coisa muito ingrata porque nunca para e quando estamos atrapalhados ele parece que é ao contrário ainda anda mais depressa. Portanto, eu punha aqui quase que isto um pouco ao contrário, acho que deve ser o executivo a dizer a nós, «olhem daqui por seis meses estamos em condições de vos dizer a realidade da Câmara, quantas máquinas temos, as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que faltam e vamos começar então a trabalhar, porque a minha maneira de fazer a oposição é essa, é estar do vosso lado, porque ao estar do vosso lado é estar do lado de Sines. Portanto, penso que se calhar devíamos de inverter isto, parece que o problema é tão complexo, terão de ser mesmo vocês a nos dizer a nós isto está tão mau por isto e isto, faltam pessoas, falta este equipamento, falta aquele e depois quais são as soluções. Só para acabar o tempo vou recordar duas pessoas, Sá Carneiro dizia que eram noventa dias que o estado de graça acabava ao fim de noventa dias. A partir de noventa dias a malta tinha de começar a trabalhar. O Santana Lopes é mais generoso e dizia seis meses começou a fazer o túnel das Amoreiras. Portanto, fixe esses números para ver se nós aqui afinamos todos e resolvemos, porque realmente o mau tempo ainda nos veio pôr mais complicados”. -----

O deputado **André Luz** (PPD/PSD), explica que vai aproveitar só aquele bocadinho que lhes falta para “rematar a questão da Proteção Civil e da tal resiliência e do tópico iniciado pelo João Paulo, mas também acompanhado pelo Gil. A questão da Proteção Civil e principalmente em Sines eu não sei, deixar isto mais em termos para nós fazermos aqui um *brainstorming* futuramente, eu não sei se porventura as pessoas têm noção do concelho em que estamos inseridos. Só para termos noção Sines é o concelho do país com mais indústrias de peso, no entanto tem um plano municipal de emergência dos anos oitenta, noventa que está claramente desatualizado. Eu acho que esta questão de se, eu não estou a dizer que o que existe aqui de trabalho de Proteção Civil está errado, não é nada disso, estou a dizer que temos que evoluir e temos que nos atualizar. Portanto, não levo isto com tanta leviandade como foi aqui falado, a meu ver. Portanto, dar este input que acho que é bastante importante, porque acho que futuramente e acho que todos se recordam que há quatro anos, cinco houve aqui um incidente aqui na caverna e ninguém sabia se ia evacuar Sines se não ia, toda a gente entrou aqui numa espécie de pânico generalizado, se calhar este assunto é algo que nós vamos ter que perder no bom sentido aqui algumas horas a conversar sobre ele. Deixo só esse apelo”. -----

O deputado **João Santos** (PS), afirma que queria só dar uma nota “sobre a questão do reforço e capacitação do gabinete municipal de Proteção Civil. Lamentamos que em 2017, no incêndio da Recipneu, a CDU veio publicamente nos meios de comunicação social afirmar que o gabinete de Proteção Civil de Sines era insuficiente. É algo contraditório”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), afirma que quer começar por dizer que efetivamente “têm de ter uma maior capacidade de síntese, porque estiveram doze minutos a discutir um assunto que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

a ponte e chegaram à conclusão que na realidade não há decisão nenhuma. Era engraçado se os concelhos de Alcácer, por exemplo, estivessem à espera que fosse uma empresa a resolver as questões que são do próprio concelho. Aquilo que nós achamos é que a Câmara deve fazer a ponte o mais depressa possível para colmatar um problema que existe e a seguir logo se vê. É isto que a autarquia deve fazer, é simples, não há necessidade de estarmos com questões legais, etc. fazemos e depois logo se vê, fica o problema resolvido. -----

Tenho mais algumas questões que gostaria de levantar. Portanto, é público que houve alterações já na estrutura da autarquia, houve algumas chefias que foram afastadas das suas funções, cessaram as comissões de serviço às quais estavam afetas e que houve substituições e ao que parece a maior parte das substituições vieram do concelho vizinho, portanto de Santiago do Cacém. Isto levanta algumas questões, portanto uma delas é se na Câmara de Sines o novo executivo acredita que não há pessoas capazes para desempenhar aquelas funções? -----

A segunda, qual é que foi o valor das indemnizações, tendo em conta que as comissões de serviço também deviam estar próximas da finalização, e a terceira é perceber a causa mesmo, se é da confiança política do senhor Presidente, se existe outra causa com que faz que estas alterações sejam efetuadas”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), diz que “o senhor Presidente tem razão, em quatro meses não é possível resolver o problema de doze péssimos anos, independentemente de tricas que possa haver. O que se calhar este órgão pede ao senhor Presidente é que enuncie quais são as suas prioridades ao longo das sessões para nós também irmos acompanhando até mesmo se possível no terreno para saber o que é que está a ser feito e o que é que pode ser melhorado. Acho que esse é que é o objetivo e nesse aspeto tudo o que for prioritário para o concelho, obviamente que terá o nosso apoio. Agora, obviamente, não deixaremos de fazer o nosso papel da oposição e fiscalizar o que tem que ser fiscalizado, mas acho que o mais importante agora é arranjar soluções para os problemas que são mais importantes. Eu quero lembrar uma situação, não deve ser uma prioridade, atenção que não estou a desvalorizar que não deve ser uma prioridade, mas há uma questão que foi do anterior executivo. O nosso elevador, aquele malfadado elevador que já deu, pronto infelizmente tantos problemas, não tem culpa, mas já deu tantos problemas, o Presidente anterior disse que tinha tido uma reunião com a empresa que supostamente faz a manutenção do elevador e disse que faltava uma peça ou duas e disse que ia custar o valor de duzentos mil euros. Eu sei que o Presidente agora não tem disponível essa informação, mas na próxima sessão eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

gostava que soubesse afinal o que é que foi feito, o que é que não foi feito, quais é que são os valores para sabermos se algum dia voltamos a ter aquela peça importante principalmente para as pessoas de idade e que têm pouca mobilidade poder utilizar para ir ver a baía”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), afirma que “era só um apontamento por causa daquilo que foi dito da parte industrial que o André disse. O plano municipal de emergência é dos anos oitenta, mas depois as empresas são mais cresceram, mas elas próprias depois têm os seus planos de emergência, mas com a Câmara, em que a Câmara participa nos simulacros. Eu sei que na Repsol, por exemplo, é semestral e até penso que a Proteção Civil está lá enquadrada e, portanto, esses cenários de emergência de acidentes de segurança industrial, esses estão a ser feitos pelas empresas e a Câmara participa neles. Esta é uma questão diferente”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Quanto à questão do tempo, nós já começámos a trabalhar desde o dia 4, estamos a trabalhar todos os dias e por isso não é seis meses, nós estamos a trabalhar todos os dias, isso que fique absolutamente claro que estamos a trabalhar. -----

Quanto à questão da ponte e da Câmara, confesso que não percebo a sua intervenção. Então, nós vamos fazer a ponte sem ter os elementos técnicos das Águas de Santo André que gerem a barragem para fazermos uma solução que a seguir vem e volta a acontecer o mesmo? Confesso que não percebo a sua intervenção, eu acho que fui bastante explícito, que do ponto de vista técnico as Águas de Santo André têm que nos dar os elementos técnicos de caudais e tudo o resto para perceber o que é que correu mal para não voltarmos a investir dinheiro público, porque eles também são uma empresa pública, para que daqui a dois ou três anos, ou quatro ou cinco ou dez volte a haver uma enxurrada e vamos ter outra vez o problema e por isso mais vale aguardar uns dias e definirmos uma solução concreta tecnicamente viável do que estarmos, “depois logo se vê”, foi a expressão que o senhor utilizou. “Depois logo se vê”, vem uma enxurrada e vai tudo abaixo outra vez. Nós estamos aqui para gerir dinheiro público da forma mais eficiente, e por isso, mais vale aguardar uns dias para que tenhamos os elementos todos que já os temos e como já referi a Câmara não tem requisitos técnicos, não tem recursos técnicos especializados nesta área para poder fazer projeto nesta área, temos que nos socorrer de quem percebe disto para não voltar a acontecer o mesmo. Era populismo da minha parte populismo estar já lá a meter máquinas e contratar à pressa e se calhar brilhávamos, mas eu na minha experiência de gestão autárquica e de recursos públicos não é esta a minha forma de ser. Prefiro ter as pessoas contra e todos contra o executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

da Câmara, mas quando fizermos, fizermos as coisas bem feitas. -----

Quanto à questão das chefias, também percebo a sua pergunta, percebo onde é que quer chegar. Continua a haver muitas chefias, são pessoas que já cá estavam, nós alterámos aquilo que seguramente deixou muito descontente a população de Sines ao ponto de quem geria a força política geria a Câmara, descer de cinquenta por cento para salvo erro dezasseis. Havia de facto um descontentamento muito grande e havia algumas chefias de divisão que contribuíram decididamente para esse descontentamento e nós, o nosso slogan era mudança e por isso quisemos mudar. Não temos aqui boys nenhuns, temos aqui pessoas de confiança e que só têm dois requisitos competência e lealdade, e é nesse sentido que as pessoas que aqui também estão, que manifestem competência e lealdade permanecem nos cargos onde estão e mesmo nesta reorganização vão continuar e alguns que hoje nem sequer são chefes de divisão vão também passar a ser. Por isso, esse barrete não cabe na nossa cabeça. -----

Quanto ao elevador, já temos também contactos com empresas. O que lhe posso dizer de acordo com o arquiteto Falcão, é que em tempos houve uma empresa que veio cá, terá preconizado uma eventual solução que passará sempre pelo menos essa empresa, por criar ali uma barreira num acrílico, porque eles próprios não querem assumir a responsabilidade de fazer a intervenção, porque dada a maresia do mar a seguir vai ter problemas, o prazo de garantia de cinco anos se calhar não chega lá e eles não querem assumir e o arquiteto autor acho que se opunha à alteração do projeto de arquitetura. Já dei orientações, neste momento está-se a fazer contactos já com empresas e inclusive já temos uma reunião marcada que eu não estou preocupado nada com as soluções técnicas, mas o arquiteto se quiser vá para tribunal nós fazemos a obra de acordo com se tivermos condições financeiras, o orçamento que havia não eram duzentos, eram trezentos e tal mil euros nessa solução de pôr o acrílico, estou agora aqui a falar, tecnicamente sem grande rigor, mas sim estamos a tratar disso, e a outra questão, informar, é isso que nós temos feito. Nós temos, se temos tido gestão autárquica transparente é a nossa. Nós temos falado, não temos que estar nas redes sociais todos os dias a fazer vídeos, não é esse também o nosso o modo de estar, mas somos perfeitamente transparentes, essas perguntas que nos fazem nós respondemos e com regularidade publicamente vamos informando, eu falo com a comunicação social, seja aqui a rádio Sines, sejam outras. Total transparência e aos senhores deputados, igual, perguntem o que quiserem, não precisa de ser nesta Assembleia, têm os vossos direitos de poderem fazer pedidos de informação à Câmara Municipal e nós responderemos sempre”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **André Luz** (PPD/PSD), explica ao senhor Presidente que provavelmente ele não percebeu aquilo que ele indicou. “As minhas declarações foram distorcidas por si, aquilo que eu disse foi que o Presidente começou por indicar que independentemente de quem era a responsabilidade, até porque era jurista e achava que a responsabilidade era das Águas de Santo André, aquilo que eu disse foi independentemente da responsabilidade a Câmara deve assumir a obra o quanto antes ou o mais rapidamente possível para a executar, mais ou menos. -----
Relativamente à outra questão, falou em lealdade e competência feita na Câmara. Portanto, o que depreendemos é que as chefias que foram afastadas ou não eram leais, ou não eram competentes, ou ambas, então, a minha questão é se isso se estende também às outras áreas, por exemplo ao Tecnopolo. Se também havia uma questão de competência na gestão do tecnopolo, portanto competência fraca do líder do Tecnopolo ser afastado, ou se é uma questão de lealdade, ou se mais uma vez é uma escolha política”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. “Lealdade, e competência”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), esclarece que “a questão há um bocado que foi feita que o Presidente não percebeu foi, o governo decidiu mudar o modelo de gestão de água em relação à parte industrial e sendo a Águas de Santo André uma empresa pública o que foi questionado era se havia, porque nós não conhecemos o modelo e é por isso que estamos a questionar, se ia afetar a parte da componente doméstica. Era isso que eu ia perguntar. -----

Em relação aos pescadores, ok, já percebi que não foi feito nenhum pedido. Nós estávamos aqui a questionar era se tinham avançado com algum tipo de apoio como fizeram outras autarquias, mas pelos vistos não houve essa necessidade, mas pronto era isso que queríamos esclarecer”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. “Não, aos pescadores há nada. As águas agora já percebi a pergunta. Não, aliás até a comunicação social perguntou na altura sobre isso. O que está em cima da mesa é a construção da dessanilizadora e que tem a ver só com o abastecimento de água à indústria e que as Águas de Santo André, que já têm essa competência através da barragem de Morgavel e que agora vão adicionar a dessanilizadora, não tem nada a ver com consumo doméstico”. -----

O deputado **Rui Silva** (Chega), explica ao senhor Presidente que reformulando a sua questão sobre o IRU, “o pedido do relatório para tentarem perceber de quantos imóveis e em que condições estão, não há hipótese da Câmara tentar pressing e forçar o IRU para desbloquear? Nós vemos, todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

sabemos a nível local e nacional que a habitação é um drama e vê-se casas devolutas que dá pena e poder aproveitar para colocar no mercado de arrendamento. A minha questão era mais tentar perceber o que há, quantas há e qual seria a hipótese de colocar no rendimento social porque é urgentíssimo”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que percebeu e vão “dar andamento à sua sugestão. Vamos fazer uma missiva para eles nos darem essa informação”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, agradece a “todas e a todos pelas questões neste Período Antes da Ordem do Dia e também ao senhor Presidente pelos esclarecimentos que lhes prestou. Portanto, de facto, este número de questões de facto revela que há aqui muita necessidade de esclarecimento e este é efetivamente o lugar certo para isso e por isso também devemos ter aqui uma atitude de, enfim, flexibilidade e gestão com algum bom senso relativamente a esta questão dos tempos que não é uma questão, obviamente não é nenhum espartilho porque todos nós que estamos investidos nesta qualidade de membros da Assembleia Municipal devemos vir para esta casa com tempo para fazer aquilo para que fomos eleitos e que nos trouxe aqui”. -----

C - Assuntos da ordem do dia

Ponto 1: Informações de carácter geral prestadas pela Presidente da Assembleia Municipal de Sines. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, esclarece que “o primeiro ponto é um ponto de informações e que também se destina no fundo a cumprir aquilo que diz o Regimento e a lei, no sentido de informar também os senhores deputados e deputadas daquilo que tem sido a atividade e o expediente geral, os assuntos de expediente geral ao nível da Assembleia. Dar-vos apenas conta que tal como havia sido referido como intenção, a comissão permanente da Assembleia pediu um conjunto de reuniões e tem vindo a fazer essas reuniões, portanto realizámos no dia 6 de janeiro uma reunião com o senhor Presidente da administração do porto de Sines que nos deu algumas informações relativamente ao ponto de situação de vários projetos no porto de Sines, designadamente aquela questão também que já havia sido questionada aqui na Assembleia Municipal relativamente à construção do tal cais militar que tinha sido noticiado e, portanto, o senhor Presidente da administração do porto o que esclareceu foi aquilo que nós também tínhamos de certa forma intuído, é que este enquadramento resultava da necessidade de enquadrar do ponto de vista do financiamento, portanto o financiamento disponível tem esta configuração de se tratar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de portes de cais com esta dualidade de utilização civil e militar, muito embora naturalmente seja um cais com características que em nada distinguem de um cais apenas civil e também aquela noção de senso comum que também temos de que se houver uma situação militar naturalmente que aí, mesmo as infraestruturas que são apenas civis serão afetadas a fins militares, portanto num quadro de emergência e num quadro de exceção relativamente ao qual teremos poucas hipóteses para intervir. -----

Foi também apresentada uma urgência na resolução da questão da habitação e o senhor Presidente do Conselho de Administração também referiu a proposta que tinham para construção de alguns fogos em terreno da sua área de jurisdição e que alegadamente carece de uma alteração ao plano de pormenor da zona do parque de campismo e, portanto, também pediu naturalmente que a Assembleia Municipal acompanhasse esta situação e depois manifestou preocupação com outras atividades, portanto atividades costeiras que são afetadas naturalmente com a expansão do porto e que considera que o porto deve equacionar, compensa-se medidas compensatórias para essas situações, estou-me a referir em concreto às escolas de surf, por exemplo que têm aqui uma afetação direta com a expansão da infraestrutura portuária. -----

Deu-nos também algumas informações relativamente, por exemplo, ao lançamento do novo terminal Vasco da Gama que o concurso ficou deserto e que neste momento não está neste momento em ponderação lançar no imediato um novo concurso, porque está primeiro a ser feito um estudo de mercado para avaliar as condições da concessão, no sentido de garantir que o concurso não fica novamente deserto e, portanto, todas as forças políticas que participaram, nestas reuniões não tem participado a CDU por opção própria que naturalmente respeitamos, mas todas as forças políticas consideraram a reunião bastante importante e esclarecedora. -----

Tivemos ontem também uma reunião com a START CAMPUS, reunião e visita às instalações da START CAMPUS, foi também uma oportunidade importante para os membros da Assembleia presentes poderem conhecer um pouco melhor aquele projeto, os seus impactos no nosso território e aquilo que se preconiza em termos de desenvolvimento futuro. Foi também demonstrado ou apresentada como grande preocupação por parte dos responsáveis que nos receberam, a questão da habitação e, portanto, isto também mais uma vez sinaliza para nós deputados da Assembleia Municipal a necessidade de aprofundarmos um debate sobre o problema da habitação em Sines que sabemos que é uma questão que se coloca a nível nacional, mas a nós compete-nos pensar e refletir sobre a questão a nível local e depois naturalmente tentar encontrar soluções e, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

foi-nos apresentada também a perspetiva em termos de evolução dos recursos humanos, portanto neste momento trabalham na infraestrutura do ponto de vista da operação cem pessoas, entre pessoas trabalhadores da própria START CAMPUS e trabalhadores dos clientes, são na sua grande maioria empregos qualificados e, portanto, pensamos também que foi uma reunião importante e que é importante efetivamente pensarmos e todos colaborarmos nas soluções para a pressão que este conjunto de pessoas coloca sobre o nosso território não só em termos de habitação, mas também em termos de serviços como é o caso, por exemplo, ao nível da educação que tem sido também apontado como uma necessidade a existência de uma escola internacional, porque é uma condição importante para a fixação de quadros aqui na nossa região e que é naturalmente também um objetivo, não só é um objetivo das empresas e naturalmente que também é importante para o desenvolvimento do nosso território. -----

Temos agendada uma reunião com a Aicep para o dia 10 de março e estão pedidas reuniões também à Repsol e à Galp, portanto nesta primeira fase foram estas as reuniões pedidas, a Repsol e a Galp ainda não procederam ao agendamento da reunião tanto que aguardamos. -----

Depois, relativamente às representações institucionais, portanto dar-vos nota que a mesa da Assembleia e a Presidente da Assembleia Municipal noutros casos, portanto estivemos presentes, fomos convidados a participar e estivemos presentes no jantar de Natal dos trabalhadores da autarquia, aliás como muitos de vós, também no baile de máscaras sénior promovido pela Junta de Freguesia de Sines e na celebração dos quinhentos e dez anos da Santa Casa da Misericórdia de Sines. Naturalmente que se pensarmos no conjunto de iniciativas que decorreram no concelho desde a última Assembleia Municipal, desde a última Assembleia Ordinária, portanto a 18/12, naturalmente que houve outros eventos dignos de nota e de registo nos quais não fomos convidados a participar e não estivemos presentes e, portanto, isso leva-nos a concluir que a participação institucional da Assembleia Municipal neste tipo de iniciativa ainda fica aquém daquilo que nós pensamos que é o desejável face à importância do órgão Assembleia Municipal no contexto do poder local democrático, mas também não deixa de ser importante reconhecermos que ao longo de muitos anos e isso também não é exclusivo aqui de Sines, foi sendo normal que efetivamente a Assembleia Municipal seja colocada num papel, vou usar a expressão, secundário do exercício de poder local e, portanto, compete-nos a nós também através da nossa ação mudar esse estado de coisas e ter uma ação mais presente no nosso território, portanto é um caminho que deve ser feito por todos, não só pela mesa, mas por todos nós na qualidade de membros da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Hoje participei também numa reunião da Associação Nacional de Assembleias Municipais, foi uma reunião sobre as assembleias municipais jovens para partilha de experiências e também para promoção desta iniciativa ou da virtuosidade desta iniciativa de trazer os jovens às assembleias municipais e de fazer com que também tenham um contacto mais precoce com aquilo que é a dinâmica, ou as dinâmicas do poder local. Foi uma reunião interessante em que se partilharam experiências interessantes, esteve presente também a Secretária de Estado da Juventude, a Assembleia Municipal de Sines já aprovou no anterior mandato o regulamento da sua Assembleia Municipal Jovem, portanto é também, um desafio agora para o nosso mandato darmos continuidade a esse trabalho, e eram apenas estas informações que vos queria prestar e passando este ponto de informações, não sei se algum dos colegas deputados quer intervir neste ponto da ordem de trabalhos”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), diz que “desde já quer elogiar a iniciativa da mesa da Assembleia de promover estas reuniões com a maior parte das empresas importantes. Há-de haver possivelmente penso eu outras iniciativas com outro tipo de instituições, mas é de salutar, elevar novamente a importância do órgão em si, porque não tivemos boas experiências no passado e é bom termos agora esta dinâmica nova para que todos consigamos funcionar em pleno, e eu espero que isso também se reflita, estamos a falar de um ponto que vai haver mais daqui a um bocado, o Regimento da Assembleia, é importante que haja também essa unanimidade entre todos em relação ao Regimento, também tinha que ser mudado e eu queria fazer dois repto. Queria fazer um repto sincero, não é aqui nenhuma trica política, quero fazer um repto à bancada da CDU para começar a participar nas próximas reuniões que nós vamos ter, porque acho que é importante todos participarem e não se meterem no outro lado da parede, estou a ser sincero, não é nenhum trocadilho, acho que é importante todos participarem e em relação à Assembleia Municipal Jovem outra boa questão que foi levantada, eu agora faço o repto à bancada do PS, que ajude a aprovar um regulamento que seja completamente diferente do último regulamento que de jovem o Município nada, zero, não tinha nada a ver com aquilo que devia ser em força da maioria que tinham. Agora, não têm maioria, espero que agora sentem-se como têm feito, também tenho que elogiar isso, têm participado, têm feito, espero que façam o mesmo para aprovarmos um regulamento que seja realmente o espelho do que deve ser uma Assembleia Municipal Jovem”. --

O deputado **Hélder Guerreiro** (CDU), afirma que a sua intervenção “tem a ver essencialmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

com o esclarecimento da razão de porque é que a CDU efetivamente não concorda com este périplo que a Assembleia Municipal tem feito pelas empresas, ou pretende fazer pelas principais empresas do concelho. -----

Ora, é precisamente por entender que a Assembleia Municipal é o órgão mais importante do concelho, é um órgão de fiscalização do trabalho da autarquia, mas também um órgão de representação do poder local e onde deve assumir as posições que entender, como fazemos aqui em todas as assembleias municipais que são ordinárias e extraordinárias. Ora, nós entendemos que o diálogo com as empresas, com a APS, com a Galp, com o Datacenter, com todas essas empresas deve ser feito aqui na sede do poder local, na sede da Assembleia Municipal em diálogo com todos os seus elementos, senão na decorrência do seu normal funcionamento, porventura através de comissões especializadas, mas naturalmente é este o entendimento da CDU, a CDU não está de lado nenhum da parede, está do lado da dignificação do poder local democrático e não entende que é por andar de malas aviadas a bater às portas ou a fazer o périplo das capelinhas que é dignificado. Não, é o contrário”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), refere que “em relação à temática da saída da Assembleia Municipal ele acha que não fica nada bem chamar capelinhas, esse tipo de discurso é feio, não enaltece nada isto. Eu posso dizer a minha experiência. Eu acho que quanto mais conhecimento os deputados municipais tiverem do que se passa à nossa volta, seremos melhores deputados municipais. Portanto, seremos sempre uma melhor Assembleia Municipal. Falo por mim, já tenho uma experiência de vida longa, mas, por exemplo, ontem tive uma experiência fantástica em ir ao Datacenter e senti-me prestigiado por ter sido recebido, fiquei com uma imagem completamente diferente do que se está ali a passar, eu passava a estrada e achava que aquilo havia de ser um armazém com uma data de servidores lá dentro e mais nada, fiquei maravilhado com o que lá se passa, com a quantidade de pessoas que lá trabalham e acima de tudo fiquei com um conhecimento daquele negócio que eu não sabia, porque nunca foi a minha vida e, portanto, de hoje para amanhã qualquer temática que me surja aqui para eu tomar qualquer espécie de decisão sobre aquele tipo de atividades estarei muito mais preparado para a tomar. Portanto, louvo também a iniciativa da Presidente da Assembleia, acarinhei esta iniciativa desde o princípio, espero continuarmos e de certeza que estamos a dignificar a democracia e não nos fica nada mal ir à rua e ir ter com as pessoas. Não vamos lá pedir nem batatinhas, nem com as malas, nem com nada disso, senhor deputado, vamos pura e simplesmente representar a Assembleia Municipal de Sines e é as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nos explicarem o que é que são as suas empresas, os projetos que têm e, portanto, não vejo nada de mal nisso. -----

Se a CDU não quer estar, tem todo o direito de não estar, mas não façam este rebaixamento a isto porque isto não merece”. -----

O deputado **Rui Silva** (Chega), explica que em relação ao assunto que estão ali a mencionar, “a bancada do Chega agradece e acha que é gratificante todos terem contacto com todas as empresas do concelho. Por todos nós e eu agora pessoalmente como estive vinte e cinco anos fora aqui de Sines, para mim é gratificante conhecer a realidade e não o que ouvimos só cá fora. O que o Augusto há pouco estava a mencionar, eu ontem fiquei sem palavras pela START CAMPUS, pela empresa em si, pelo projeto e pelo interesse que eles têm pela comunidade. Não é só uma empresa, como todos nós ontem ouvimos, eles têm projetos, têm interesse e é benéfico para todos nós. A bancada do Chega só tem a agradecer”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), diz que a sua intervenção é só para “deixar mais uma pequena nota sobre estas visitas. Efetivamente nós ficámos a saber de assuntos que não costumam vir à Assembleia, assuntos que são do foro empresarial com impacto acima de tudo na nossa sociedade. -----

Deixar uma nota menos importante. Não há senhas de presença, nós vamos pro bono, portanto não há qualquer custo para a Assembleia, diferente se houvesse outro tipo de intervenções agrupadas mais formais. E deixar também uma nota, neste caso é pessoal. Neste caso tenho que dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara que efetivamente ele visita as empresas, fala com as pessoas na rua, etc. e faz essa visita, mas a bancada da CDU aparentemente tem uma postura diferente, portanto parece que há aqui alguma falta de alinhamento”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, refere que também “gostava de dizer alguma coisa mais relativamente a este ponto. Também para agradecer aquilo que aqui foi dito e também dizer ao senhor deputado Hélder que, naturalmente, respeita a posição que aqui manifestou como não podia deixar de ser e respeita a posição assumida pela CDU, mas de facto dizer que a comissão permanente da Assembleia anda de malas a correr capelinhas, é uma afirmação que não dignifica o órgão, não dignifica nenhum dos membros desta Assembleia e, portanto, é um tipo de linguagem que não faz muito sentido utilizar neste caso, porque aquilo que se pretende e que foi devidamente enquadrado. O senhor Presidente da Câmara também não corre capelinhas, não é? O senhor Presidente da Câmara institucionalmente tem a sua atividade e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

membros da Assembleia Municipal e neste caso a comissão permanente aquilo que entendeu, foi que seria importante para os deputados e muitos dos deputados também estão pela primeira vez, que seria importante conhecer aquilo que é a realidade e mais aprofundadamente também o tecido não só empresarial, mas também social do nosso concelho. Portanto, neste caso começou-se por estas reuniões, mas haverá outras com outras entidades de outros setores. Efetivamente este tipo de reunião e este tipo de interação com as empresas pode e deve acontecer no contexto das comissões especializadas e seguramente irá acontecer, porque é creio que uma vontade de todos nós que as comissões especializadas que estão sem funcionar há uma série de anos finalmente venham a funcionar neste mandato, mas nós sabemos que as comissões especializadas não se operacionalizam de um dia para o outro e, portanto, enquanto as comissões especializadas não estão operacionais nós enquanto comissão permanente fomos fazendo este trabalho que consideramos importante para conhecer melhor o nosso território. Portanto, o objetivo é apenas esse, conhecer melhor as entidades que estão no território para melhor servir a nossa comunidade e tal como disse o Augusto Filipe para na convicção de que conhecendo melhor poderemos todos ser melhores deputados. Esta foi a intenção desta iniciativa, naturalmente que respeitamos a posição da CDU e continuaremos a fazer estas reuniões e se a CDU, em alguma das reuniões, entender que deve participar naturalmente que teremos todo o gosto em que assim seja”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), afirma que “quando vê alguma notícia do Presidente da Câmara Municipal de Sines a ir a uma empresa, foi à sua empresa, foi visitar a sua empresa, a PSA, ou se vir a Presidente de Junta de Freguesia a visitar uma instituição, ele não vai ver isso com uma mala aviada a visitar capelinhas. Acho que isso é que é rebaixar a importância que este órgão tem, até considero que o senhor deputado devia-se retratar dessa afirmação que ofende um bocado a importância deste órgão. -----

E em relação ao que o senhor deputado Ricardo Baltazar afirmou, é verdade, nós estamos a despende o nosso tempo pessoal, não estamos a receber senhas de presença, temos de deslocar-nos nos nossos veículos, ou seja, não estamos aqui a fazer nenhum favor a ninguém. O que estamos a fazer é, se queremos saber e isso é uma visão que o MAIS sempre teve que é, tudo o que está dentro da jurisdição do concelho tem de ser do conhecimento do autarca e essa vai ser uma máxima que a gente vai continuar a ter. Por isso, eu lamento muito essa afirmação, se calhar já deve de estar um bocado arrependido de a ter feito, mas a verdade é esta, eu espero sinceramente, estou a dizer isto sinceramente, eu espero que nas próximas apareça alguém da bancada da CDU, até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

mesmo para conviver connosco, não faz mal nenhum, nós não mordemos a ninguém, mas acho que fazia bem aparecerem e pronto, fica aqui mais uma vez esse repto sincero e eu lamento que tenha essa visão tão ortodoxa da importância que este órgão municipal tem”. -----

O deputado **Hélder Guerreiro** (CDU), refere que “sem querer alongar muito mais esta discussão porque não vale a pena e acha que as posições estão bastante claras de ambas as partes, só para esclarecer, ou melhor, para fazer uma proposta. Que se convide na próxima Assembleia, ou que se convoque uma Assembleia Municipal para o efeito e convide-se o Datacenter para vir aqui perante todos os deputados dizer o que é que faz, qual é a importância que faz de termos um Datacenter no concelho de Sines, quantas pessoas emprega e por aí adiante com as restantes empresas e todos ficaremos muito mais esclarecidos. Pronto, é isto, pode-se gastar mais algum dinheiro, mas acho que não estamos ainda nesse aspeto, nesse ponto”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, explica ao senhor deputado Hélder Guerreiro que como ele sabe, uma vez que participou da elaboração do Regimento, “também estão previstas a realização de sessões temáticas e têm exatamente também esse objetivo, portanto seguramente ao longo do mandato terão essa oportunidade de fazer essas discussões e obrigada pela proposta. Muito obrigada”. -----

Bem, penso também que não haverá interesse em continuarmos a discutir este ponto, estão dadas as informações e nesse sentido passamos então para o ponto seguinte. Os pontos seguintes, dos pontos dois ao ponto cinco, tratam-se de aprovações de atas de reuniões, para não repetir a conversa em todos os pontos, peço autorização para a dispensa da leitura das atas, na medida em que elas foram remetidas aos membros da Assembleia. Também dizer-vos que relativamente às atas, nós temos e vocês também certamente pela leitura já se aperceberam disso, nós achamos que temos que alterar aqui um bocadinho o procedimento de elaboração das atas. Primeiro, porque neste momento o que existe é uma contratação de uma empresa para elaborar as atas quando na realidade aquilo que é o output que nos chega da empresa seguramente é meter um áudio na inteligência artificial e o que sai de lá é o que vem para nós e, portanto, isso é algo que nós também podemos fazer. Eu acho que é mesmo um assunto que temos que ponderar, porque depois está lá, portanto, as atas têm tudo o que as pessoas dizem, se as pessoas repetirem dez vezes a mesma palavra, está lá dez vezes a mesma palavra, o que nos obriga depois a nós a fazer um trabalho de andar a depurar as atas e depois é sempre aquela dúvida cortar muito, cortar pouco, porque há coisas que de facto são importantes e esse trabalho de estar a depurar as atas é um trabalho às vezes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

mais difícil do que as fazer de raiz. Este é um assunto que merece aqui a nossa atenção e que vamos seguramente, alterar aqui a forma de fazer as coisas para que as atas também sejam efetivamente aquilo que devem ser, resumos daquilo que se passa e não transcrições absolutamente maçadoras de tudo aquilo que é dito e que depois dificulta a leitura. Portanto, há aqui alguns aspetos a nível de formatação que serão corrigidos também antes da publicação das atas, porque desse ponto de vista as atas também não vêm em condições, e isso será corrigido antes da publicação das atas”. -

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta da ata da Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 24/11/2025. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Foram identificados lapsos de escrita e a ata, corrigidos tais lapsos, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta da ata da Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 04/12/2025. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta da ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 18/12/2025.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta da ata da Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 12/01/2026.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta se há alguma questão a colocar em relação à ata. Uma vez que ninguém quis intervir, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do Regimento da Assembleia Municipal de Sines no mandato 2025-2029. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, refere que tal como haviam definido “em Assembleia Municipal anterior, este Regimento, esta proposta, este projeto de Regimento foi preparado por um grupo de trabalho constituído pelas diversas forças políticas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

constituído para o efeito. Fizemos reuniões, trocámos ideias, contributos também, no sentido de podermos apresentar um documento que na nossa visão qualifique os trabalhos da Assembleia e que responda de uma forma mais adequada àquilo que são também os objetivos deste órgão autárquico. Portanto, a primeira necessidade que sentimos como sabem foi a questão de regular os tempos de intervenção que fizemos antes mesmo da aprovação do Regimento, aprovando a nova distribuição dos tempos de intervenção pelas várias forças políticas e neste projeto de Regimento nós adotámos essa proposta de distribuição de tempos que já havíamos definido, portanto não sentimos necessidade de fazer uma proposta diferente e é essa proposta que aqui está. -----

Depois, procurámos também no fundo reforçar a dimensão deliberativa e fiscalizadora da Assembleia Municipal, procurando clarificar um pouco mais algumas das suas competências e também valorizar o debate político estruturado sobre matérias de relevante interesse. Procurámos clarificar os regimes aplicáveis também aos grupos municipais, à comissão permanente e tentar assegurar aqui uma maior coerência sistemática do próprio documento. -----

Introduzimos alguns mecanismos de maior abertura da Assembleia à comunidade, designadamente através da previsão de sessões descentralizadas que se mantêm, já vinham do Regimento passado e mantivemos como uma boa prática, mas também a questão da transmissão pública das sessões por meios digitais e também o reforço das condições de participação cívica. Por outro lado, também previmos sessões extraordinárias da Assembleia Municipal para debates específicos sobre temas que consideramos de interesse para o Município e, portanto, considerando que esse é também um mecanismo de aproximação da Assembleia Municipal à sua comunidade, e por outro lado, procurámos também de alguma forma fazer aqui algum aperfeiçoamento do Regimento , no sentido de pela sua própria organização sistemática torná-lo um pouco mais intuitivo e ser mais fácil a pesquisa das diversas matérias no Regimento . Portanto, no fundo foi isso que procurámos fazer neste documento que se pretende que seja naturalmente um documento partilhado por todos e que traduza aquilo que é a visão das várias forças políticas sobre o próprio funcionamento do próprio órgão em que estamos representados. Portanto, de uma forma muito sucinta acho que não faz sentido estar aqui a fazer uma apresentação exaustiva, porque todos vós tiveram acesso ao documento previamente e, portanto, abro agora o período de inscrições para este ponto da ordem de trabalhos”.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines, referente à nomeação da sociedade Teles & associados, SROC, LDA, como Revisor Oficial de Contas. -

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele dar explicações sobre o ponto em discussão. --

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, esclarece que “é a empresa com quem tem vindo a prestar este serviço. Se houver alguma questão também está aqui o Dr. Ricardo Barbosa que pode depois do ponto de vista técnico dar explicações”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), diz que o seu grupo municipal iria questionar, “portanto tendo em conta que a sociedade anterior trabalhava com a autarquia já há um longo período, há mais de quinze anos, queriam tentar perceber o porquê da troca, mas o senhor Presidente acabou de indicar que era a sociedade com quem já vinha a trabalhar anteriormente. Por isso, era a questão que queríamos colocar, mas já respondeu antes da questão”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. “houve concurso, houve um procedimento e esta empresa tem vindo a trabalhar, há processos de renovação que são possíveis do ponto de vista legal, quando não há é aberto um procedimento que agora não sei se foi renovação. Foi consulta prévia, que é um procedimento. -----

Para que fique claro, é a empresa que já trabalhava com o Município de Sines, com a Câmara Municipal e que agora há um processo, do ponto de vista legal é possível através de uma consulta prévia continuar o contrato de prestação de serviços a este nível. A empresa é a mesma, não há alteração nenhuma, não há aqui escolha pessoal nenhuma de ninguém”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele fazer a apresentação do ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, refere que “a Associação de Municípios que tem produtores de vinho, a nível nacional pensa que são mais de cento e cinquenta ou cento e oitenta. Nós como temos também produtores de vinho, achamos que faz sentido”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, afirma que “os documentos foram entregues, os senhores deputados tiveram oportunidade de ler a proposta”. ---

O deputado **Rui Silva** (Chega), refere que “queria só fazer um pedido ao senhor Presidente, para lhe tentar explicar qual é a mais-valia que têm em aderir e os projetos, o que é que vão beneficiar para o concelho de Sines com essa adesão”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelo senhor deputado. “Como eu já expliquei, isto é uma associação de Municípios como há várias outras associações de Municípios em diversas matérias, naturalmente que é aqui criar sinergias, neste caso ajudar os produtores de vinho, porque esta associação tem um conjunto de iniciativas ao longo do ano para promover os produtores de vinho a nível nacional, aliás, o Alentejo vai ser a capital do vinho este ano, o trabalho da Associação Nacional de Vinhos teve um papel aqui muito importante nessa mesma candidatura e por isso acho que faz sentido estarmos integrados. Até pelo valor que está em causa da quota anual é residual”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 9: Apreciação de Declarações da Câmara Municipal de Sines, relativas à Lei do Compromisso e dos Pagamentos em Atraso referentes ao ano de 2025.-----

A deputada **Vânea Anjos** (PS), refere que o seu grupo municipal queria “só realçar de forma positiva a continuação do atual executivo, na prática da inexistência de pagamentos em atraso. É só um realçar positivamente”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), afirma que “analisando as declarações e concretamente as declarações de recebimentos em atraso, verifica-se que existe o valor considerável de recebimentos em atraso e que são devedores alguns clubes. Presumindo-se que por isso se possa tratar de valores respeitantes às cedências de transportes que já tínhamos falado no mandato anterior. -----

Considerando que o senhor Presidente já afirmou aqui na Assembleia Municipal que está em desacordo com essa política de pagamento de transporte por parte dos clubes e que dificilmente esses conseguiram ter folga financeira para liquidar esses valores, questiono o senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

sobre qual a posição que pretende relativamente a estes montantes referentes a situações passadas e como é que tenciona, daqui para a frente qual é que é a sua visão em relação a esta matéria. É esse tipo de esclarecimento que eu queria”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, esclarece que eles estão já a trabalhar na tentativa de “alterar o regulamento que obriga os clubes a pagar trinta por cento dos custos. A questão destes pagamentos em atraso isto é uma matéria complexa, por um lado do ponto de vista legal como é que nós vamos perdoar esta dívida e depois temos aqui uma situação que houve quem cumpriu e houve quem não cumpriu, e para quem cumpriu estar a perdoar a dívida, também se calhar não parece justo. Por isso, nós ainda não temos aqui uma decisão completamente tomada, mas se calhar faz sentido tentar aqui encontrar uma forma destes clubes ao longo de muito tempo poderem amortizar estas dívidas e daqui para a frente deixar de haver este pagamento que estamos a tratar, penso que o chefe de divisão que está com essa temática tem a área do desporto, eu já lhe dei indicações para trabalhar nisso e espero eu que em breve consigamos trazer uma proposta para revogar esse normativo que impõe esse pagamento”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), refere que em relação a esta matéria, “ia quase que fazer um pedido ao executivo e ao senhor Presidente. É que esgotem todas as hipóteses que a lei vos dê para que haja um perdão dessa dívida, porque é uma coisa tão absurda, quando se dava sessenta por cento para comprar, é uma carrinha e a seguir se pagava faturas trinta quarenta mil euros a clubes que estavam quase insolventes. Se for possível que haja um perdão, os que pagaram se ainda têm atividade, se puderem ser ressarcidos do que pagaram, tanto melhor para dinamizarmos o associativismo, porque isso acho que mata bastante, as coletividades ficam completamente estranguladas se tiverem que pagar qualquer espécie de dívida. Peço-vos que usem todos os argumentos e todas as formas legais para poderem resolver isto. Terão todo o nosso apoio caso o façam”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, diz que não havendo mais inscrições dão o ponto por concluído, tendo em conta que este ponto não é objeto de votação, mas apenas de apreciação. -----

Ponto 10: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, relativo ao procedimento de elaboração do novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele dar explicações sobre o ponto em análise.-----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, refere que isto é algo que ele já tinha ali abordado, “era compromisso eleitoral da CDU, e que visa uma reestruturação profunda do atual organigrama. Nós aqui na Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal do ponto de vista legal aquilo que aprova é o número de unidades orgânicas e depois é competência da Câmara Municipal aprovar a própria estrutura orgânica, a forma como ela depois se vai constituir. -----

Dizer que nós daquilo que é a nossa proposta depois na Câmara Municipal é inferior, as unidades orgânicas é inferior a esta proposta por uma razão muito simples, é que estamos aqui a propor que a Assembleia Municipal aprove mais do que aquilo que nós nesta fase queremos para que se for necessário de hoje para amanhã por um ajuste qualquer criarmos um novo serviço temos de estar dependentes de nova validação da Assembleia Municipal. Por isso, até já estamos a pôr mais do que aquilo que queremos numa primeira fase, estamos a falar de duas unidades a mais, mas de grosso modo o que nós queremos criar é uma estrutura com dois departamentos, com dez divisões e com seis unidades orgânicas de terceiro grau, e é nesse sentido que a Câmara Municipal passará a ter, não direi totalmente, mas de uma forma muito significativa uma nova forma de organização interna que é aquela que nós consideramos que será a mais eficiente no futuro”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), refere que “obviamente que o executivo irá ter a sua própria visão na elaboração deste regulamento. O que eu questiono é o seguinte. Como é que se considera eficaz a revogação do regulamento atualmente em vigor enquanto o novo regulamento da organização dos serviços municipais não estiver aprovado e em vigor, que regime jurídico e organizativo se mantém aplicável aos serviços municipais. -----

A segunda questão é, estando a Assembleia Municipal a aprovar a revogação do regulamento dos serviços que aprova a estrutura orgânica em vigor, irá concretizar esses procedimentos para o provimento dos três chefes de divisão conforme mencionado neste ponto”? -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), explica que a sua “pergunta é só esta, e acha muito bem que façam a reestruturação que acharem necessária desde que se torne eficaz, mas geralmente as coisas têm sempre um preço, acredita que deverão ter uma noção de quais são os impactos financeiros destas alterações. Gostaria de saber se esse número existe e qual é”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), explica que a sua questão vai “um bocado no sentido da questão do Augusto. Entendemos que há uma necessidade de reestruturação, nós também tínhamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

uma planeada no nosso caderno eleitoral, na nossa proposta eleitoral e efetivamente importa saber qual o custo da mesma, até porque aquilo que temos ouvido é que a situação financeira da Câmara não é tão estável ou tão boa quanto era apregoado. Portanto, queremos perceber qual é que é o impacto financeiro que pode ter, porque isto são custos fixos, normalmente em termos de gestão se a situação financeira é má não aumentamos os custos fixos, portanto gostaríamos de perceber esse ponto”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “A questão naturalmente que hoje a Assembleia Municipal está aqui a aprovar a revogação do atual regulamento, até o novo ser aprovado e entrar em vigor este mantém-se, ou seja, a Câmara vai ter que agora aprovar uma nova estrutura orgânica, vai definir um novo regulamento com uma nova estrutura orgânica, até lá mantém-se a atual estrutura. -----

A questão dos custos, isto vai depender muito de quem serão os novos dirigentes, porque, por exemplo, há dirigentes, aliás, os dirigentes têm que ser todos funcionários públicos, se forem funcionários públicos quadros da Câmara Municipal alguns deles até por carreira já ganham mais do que chefes de divisão. Agora, o que vos posso dizer é que esse aumento previsivelmente haverá, será absolutamente residual tendo em conta aquilo que é os custos do pessoal da Câmara Municipal. Nós estamos a falar e para já a nossa intenção é que, por exemplo, nas duas direções de departamento as pessoas que nós estamos a pensar para nomeação irão acumular com chefias de divisão, isso significa que são diretores de departamento, mas vão acumular com chefias de divisão e nesse sentido os custos não vos consigo dizer em concreto quanto é porque vai depender de quem serão as pessoas, até porque elas numa fase inicial são nomeadas provisoriamente, mas depois vai a concurso público e aquelas que são nomeadas provisoriamente porventura podem não ser elas que ganham os concursos. Por isso, há sempre aqui variáveis que eu não consigo agora determinar, mas mesmo que os novos dirigentes até sejam pessoas que estejam de base na carreira, a diferença salarial nunca será e isso dificilmente acontecerá, porque normalmente as pessoas com mais experiência são aquelas que estão mais habilitadas a assumir estes cargos e repito, nalguns casos a diferença é absolutamente residual ou até ganham mais pela carreira do que propriamente por serem dirigentes”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

por maioria, com 7 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS, 3 abstenções do PSD e 1 voto a favor do Chega.-----

Ponto 11: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente aos procedimentos concursais para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau. ----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, refere que “este ponto está ligado ao ponto anterior”. Depois, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que “isto até parece contraditório, mas legalmente têm que o fazer, até porque não sabiam o que é que a Assembleia Municipal ia aprovar hoje ali. Portanto, as três alterações de chefias que ocorreram com nomeações provisórias, a lei define que num prazo de noventa dias a abertura dos concursos públicos tem que ser feita, aprovada pela Assembleia Municipal, porque isto, na prática com aquilo que aprovámos agora não vai ter efeito nenhum prático, mas, no entanto legalmente temo-lo que o fazer sob pena de podermos ter aí algum problema de ilegalidade e nesse sentido temos que cumprir os tais noventa dias, neste momento não passaram sequer sessenta porque foi no início do mês de janeiro, mas naturalmente que tem que haver esta validação sob pena de haver aqui uma ilegalidade da parte da Câmara”.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 7 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS, 3 abstenções do PSD e 1 voto a favor do Chega. -----

Ponto 12: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à proposta de primeira revisão orçamental de 2026 para inscrição do saldo de gerência não consignado de 2025. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele dar explicações acerca do ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, explica que “isto basicamente é a incorporação do saldo, basicamente é esse o saldo do ano anterior”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O deputado **João Santos** (PS), refere que a “bancada do PS queria apenas deixar uma nota, que ao contrário da mensagem que por vezes se tenta passar sobre a situação financeira e se dúvidas existem são dissipadas quando se apresenta nesta primeira revisão um saldo de gerência de 2025 de quase cinco milhões de euros, mais precisamente quatro milhões novecentos e noventa e seis mil euros. Se analisarmos os últimos vinte e cinco anos da gestão autárquica, este é seguramente um dos saldos de gerência não consignados mais elevados. Este valor já era previsível, uma vez que no dia 3 de outubro, aquando da passagem da gestão do executivo do PS para a CDU esse saldo era superior a cinco ponto cinco milhões”. -----

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), afirma que “relativamente a este ponto o MAIS considera por um lado que o saldo de gerência existente é reflexo de uma situação de desinvestimento ao longo dos últimos anos, ficando por concretizar um conjunto de projetos estruturantes para o concelho. No entanto, para este novo executivo constitui uma oportunidade de reforçar a capacidade de investimento da autarquia. -----

Assim, e analisadas as rubricas em que se refletiu a incorporação do saldo da gerência anterior, entendemos que é de valorizar o significativo reforço que é efetuado em despesas de capital, cerca de três milhões de euros, designadamente no que respeita a investimentos em áreas muito deficitárias, designadamente no que respeita ao arranjo do espaço público e escolas, embora se considere que a afetação à despesa corrente cerca de um milhão oitocentos e noventa e cinco mil euros é também significativa”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), afirma que “em relação a esta matéria, depois de ouvir este orgulho do Partido Socialista, bastava não se ter vendido o Lidl, ali o prédio da rotunda que agora já está calcetada e o saldo era bola, zero. Portanto, foi à custa de vender património dos sineenses”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “É bom dizer que o saldo é bem-vindo, mas a dívida total ainda são cerca de seis milhões que é superior ao saldo, ou seja, a Câmara tem dívida, se a gente incorporar o saldo ainda temos cerca de um milhão de euros de dívida, o que eu acho que é uma coisa relativamente razoável. -----

Da Câmara onde eu saí a dívida não chega aos três milhões e o saldo são treze vírgula quatro, lá é um bocadinho mais simpático e não vendemos nem de perto nem de longe o património que foi vendido aqui em Sines como agora aqui foi dito. Por isso, a gestão, eu quando digo passa-se uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ideia que a Câmara de Sines nada em dinheiro, essa ideia é totalmente errada, a Câmara neste momento entre o saldo e a dívida ainda tem um défice de cerca de um milhão de euros. Esta é a realidade financeira da Câmara Municipal de Sines e é bem que todos nós, em particular estes que temos responsabilidades autárquicas tenhamos todos esta consciência”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), começa a sua intervenção primeiro com uma nota pessoal. “Eu tinha jurado a mim próprio que eu não estava aqui para defender as autárquicas anteriores porque não é o meu papel. O meu papel é ser deputado municipal eleito pelo PS, mas para estes quatro anos não para os doze que se passaram, mas só para explicar, tendo em conta aquilo que o senhor Presidente disse, é correto, são dados, mas não representam a realidade daquilo que o executivo PS encontrou há doze anos atrás que era uma dívida astronómica das maiores do país, top três salvo erro do país per capita. São dados, depois nós podemos comprovar se o senhor Presidente tiver esse interesse e no período de doze anos a transformação que o PS fez às contas da Câmara foi, pessoalmente posso dizer fabulosa, independentemente da forma como foi conseguida foi fabulosa. Era só para deixar essa nota”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), esclarece que quando olha para o “estado em que este concelho se encontra, ele não vê nenhuma transformação fabulástica nem vê uma transformação daquelas que enche o olho. Não, o que eu vejo é tudo degradado, nunca vi este concelho assim e a maior parte de vocês nunca viu assim. Se isso é motivo de orgulho ter um saldo, prefiro ter a minha casa arranjada e dez euros no bolso do que ter um milhão de euros no bolso e ter a casa toda estragada. Essa é que é a questão que temos aqui e durante doze anos, normalmente os executivos fazem sempre isso, os anteriores é que tinham a culpa, é sempre assim. Vocês tiveram três maiorias absolutas, vocês governaram como quiseram, fizeram como quiseram, não prestaram contas a ninguém porque tinham poder na mão e o que vocês podiam ter no mínimo era dizer, não fizemos, devíamos ter outra oportunidade, mas não fizemos. Não fizeram e parece que têm orgulho de terem deixado saldo quando esses cinco milhões nem sequer chega para pagar um décimo da destruição que está lá fora”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com 7 votos a favor da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 3 abstenções do PS e 2 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do Chega. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Ponto 13: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do Município de Sines, nos termos da alínea c) nº1 do artigo 2º e do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para ele prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, diz que não tem nada a referir acerca deste ponto. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, explica que o “documento foi entregue, estão feitos os devidos destaques no documento. Não havendo inscrições, eu gostava só de colocar uma questão relativamente à área da comunicação, há um projeto que é referido que é o Sines Agora, creio que se chama assim, ou Agora Sines que se refere a reforço da comunicação digital em vídeo. Eu gostava só de perceber melhor do que é que se trata, se for possível, posso ler aqui o ponto talvez, está aqui na componente da comunicação”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. “Se for o que eu penso é uma proposta que os serviços fizeram, um conjunto de ideias de comunicação”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, explica que “o que está referido no documento é arranque do projeto”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, afirma que “segundo o serviço é um projeto que até já estava a ser trabalhado, vinha de trás e que agora apresentaram e mereceu a sua concordância”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines **Marisa Santos**, afirma que “este ponto sendo um ponto também de apreciação fica dado por apreciado e vão passar agora à leitura da minuta da ata e respetiva aprovação”. -----

A Secretária da Assembleia Municipal de Sines, Orlanda de Almeida Ramos passou a ler a minuta da ata, a qual foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar foi dado por terminada a Assembleia ordinária de 25 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 25 de fevereiro de 2026



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

A Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos

Assinado por: **MARISA FILIPA SANTOS RODRIGUES
DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10535472
Data: 2026.04.30 12:42:51+01'00'

1ª Secretária

Orlanda de Almeida Ramos

Assinado por: **Orlanda de Almeida Ramos**
Num. de Identificação: 10732123
Data: 2026.05.25 15:30:29+01'00'

2º Secretário

João David Plácido Soares

Assinado por: João David Plácido Soares
Num. de Identificação: B114890628
Data: 26-05-2026 22:57:51 +01:00





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES